

# Revisão teórica sobre o processo de Independência do Brasil e a influência maçônica

• Revista  
**mosaico**

Ana Márcia Caldeira  
Nilson<sup>1</sup>  
<https://orcid.org/0000-0003-1458-2032>

**Theoretical  
review on the  
independence  
process in Brazil  
and the Masonic  
influence**

## Resumo

O presente trabalho disserta sobre os acontecimentos que antecederam a Proclamação da Independência do Brasil e a influência dos maçons. Tendo em vista que a historiografia desse período histórico é marcada por mudanças estruturais, tanto no território brasileiro, quanto no português. Os ideais da Maçonaria pregam, dentre outros, a liberdade de pensamento, a igualdade de direitos e a fraternidade social, tais preceitos estiveram presentes nos conflitos e eventos que fizeram eclodir a Independência. O percurso metodológico foi realizado a partir de pesquisa bibliográfica para compreender os fatos que rodeiam a Independência do Brasil e a atuação da Maçonaria.

**Palavras-chave:** Independência; Império; Maçons.

## Abstract

The present work discusses the events that preceded the Proclamation of the Independence of Brazil and the influence of the Freemasons. Bearing in mind that the historiography of this historical period is marked by structural changes, both in Brazil and in Portugal. The ideals of Freemasonry preach, among others, freedom of thought, equal rights and social fraternity, such precepts were present in the conflicts and events that gave rise to independence. The methodological route was carried out from bibliographical research to understand the facts surrounding the Independence of Brazil and the role of Freemasonry.

**Keywords:** Independence; Empire; Freemasons.

## Introdução

A Independência do Brasil foi um marco histórico, resultante de discussões e enlances políticos. Pode-se definir a Independência do Brasil como o resultado do desgaste das relações entre Brasil e Portugal e, a partir disso, o país alcançou a emancipação de Portugal. Assim, o país deixou de ser uma colônia portuguesa para ser uma nação independente. Contudo, cronologicamente, a historiografia relata alguns momentos importantes para o Brasil a partir do século XIX.

Em 1808 se inicia o Período Joanino, o qual decorre da vinda de Portugal para o Brasil, de Dom João VI e a corte portuguesa, após a invasão pelas tropas de Napoleão Bonaparte para tomada do território português. A fixação de residência da Família Real Portuguesa em solo brasileiro gerou transformações sociais, econômicas e políticas, o que trouxe progresso em todos os setores. No processo de Independência, ocorreu a participação de maçons, o que deixou em destaque seus ideais liberais e progressista.

Em 1815, o Brasil recebeu o título de *Reino Unido de Portugal e Algarves*, sendo sede administrativa de Portugal e deixando de ser colônia portuguesa. Dom João VI governou o Brasil, enquanto Portugal passou a ser governada por um Conselho de Regência. A população exigiu o retorno de Dom João VI para Portugal, o que fez eclodir a Revolução Liberal do Porto, fazendo com que o monarca saísse do Brasil e deixasse como regente o Príncipe Dom Pedro I, em consequência disso, o Brasil recairia para a situação de colônia.

## De Portugal para o Brasil

O Brasil e a Europa, do final do século XVIII e início do XIX, ficaram marcados por muitos conflitos e agitações no cenário político e social, devido, dentre outros fatos, a conflitos armados no território brasileiro e a Revolução Francesa na Europa, com a ascensão ao poder de Napoleão Bonaparte. Em terras brasileiras do período colonial, diversas rebeliões ocorreram em diferentes regiões, as quais colocaram em questionamento o sistema colonial e a monarquia.

Dentre esses conflitos armados estão a Guerra de Palmares (1630-1695), Guerra dos Emboabas (1708-1709), Conjuração Baiana (1798), Revolta dos

Beckman (1684), Guerra dos Mascates (1710) e a Inconfidência Mineira (1789). O ponto em comum nesses levantes é o caráter separatista e republicano, o que indica o prenúncio da Proclamação da República no Brasil. Segundo José Arruda e Nélon Piletti (1995), a Inconfidência Mineira foi uma revolta de caráter republicano e separatista, organizada por uma parcela da capitania de Minas Gerais contra o poder colonial de Portugal, a qual lutou contra questões políticas e econômicas.

Dentre as rebeliões ocorridas nos séculos XVII e XVIII, a que mais repercutiu foi a Inconfidência Mineira, tanto pela amplitude, pois envolve numerosos setores da população, quanto pelo caráter de constatação do próprio sistema colonial. Na época, as minas já se esgotavam e o governo insistia em medidas antipáticas e prejudiciais à população e aos mineradores. (ARRUDA; PILETTI, 1995, p. 196)

Enquanto no Brasil vários conflitos já estavam abafados e outros iniciando ou em andamento, na França outros levantes surgiram. Conforme Arruda e Piletti (1995, p. 199), enquanto no Brasil germinavam as sementes da Independência, na França florescia um novo Império.

Na França do final do século XVIII, Napoleão Bonaparte foi um general de destaque na Revolução Francesa, sendo considerado favorito para assumir o poder francês, fato que ocorreu por meio de um golpe de Estado. Segundo Arruda e Piletti (1995), no desenrolar da Revolução Francesa, por volta de 1899, Napoleão torna-se Imperador da França.

Coube a Napoleão a tarefa de consolidar internamente e difundir externamente os ideais da Revolução. (...) Apesar de haver Constituição, Napoleão governou despoticamente. Por algum tempo, a prosperidade resultante das reformas internas e o êxito das guerras permitiram a continuidade do regime. (ARRUDA; PILETTI, 1995, p. 199)

Em 1799 a França apresentava aspecto desolador, com grave crise econômica na indústria e comércio, estradas e portos destruídos, serviço público corrupto, crise humanitária com um cenário de miséria e devastação. De acordo com Arruda e Piletti (1995), a guerra civil parecia ser algo iminente, e Napoleão buscou fazer uma política de reconciliação entre a população e o governo. Além de outras ações, foi criado o Código Civil, com inspiração no Direito Romano, Ordenações Reais e no Direito Revolucionário, porém, as guerras reiniciaram e Napoleão aproveitou o momento para se declarar Imperador.

Seu governo reorganizou e centralizou a administração. Tomou medidas financeiras importantes, como a criação de um corpo de funcionários para arrecadar impostos e a fundação do Banco da França. A situação econômica melhorou. O ensino secundário se organizou com o objetivo de instruir funcionários para o Estado. (ARRUDA; PILETTI, 1995, p. 199)

A política externa se tornou um ponto norteador para Napoleão devido aos impasses estrangeiros, pois alguns países como Inglaterra, Rússia e Áustria se uniram para combater o Imperador da França. Bonaparte liderou levantes armados contra outras nações da Europa, para que pudesse construir um verdadeiro Império, semelhante ao da Roma Antiga. Após invasões de territórios europeus, por volta de 1807, dominaram países como a Bélgica, Holanda e Itália.

Pela primeira vez na história francesa, o exército estava organizado em diferentes esferas, com melhorias remuneratórias e garantias profissionais, tendo como base ideológica, principalmente, o patriotismo. Conforme Arruda e Piletti (1995), o exército realinhado por Napoleão foi um exército motivado por ideologias nacionalistas. Outros países também fizeram alianças, travando confrontos armados em vários pontos territoriais da Europa. A Inglaterra foi o único país que seguiu resistindo às ofensivas francesas, e, diante desse impasse, Napoleão decretou sanções contra Inglaterra, a mais famosa foi o Bloqueio Continental.

Para enfraquecer a Inglaterra, Napoleão decretou o Bloqueio Continental: todos os europeus eram obrigados a fechar seus portos ao comércio inglês. (...) O poder napoleônico chegava ao auge. Seu organizado exército parecia imbatível. A Europa ocidental estava submetida a seu poder. Mas intervenções francesas provocaram revoltas nacionais, principalmente na Prússia. (ARRUDA; PILETTI, 1995, p. 200)

Conforme Arruda e Piletti (1995) o único país que Napoleão não havia conseguido invadir foi a Inglaterra, e por isso, criou o Bloqueio Continental, que foi o impedimento comercial contra os ingleses. Esse entrave financeiro foi seguido por muitos países da Europa, exceto Portugal, antigo parceiro da Inglaterra. Contudo, o desejo de conquistas na Península Ibérica<sup>1</sup> abriu à França novos campos de conflito.

---

<sup>1</sup> Península é uma porção de terra cercada de água por todos os lados, exceto por um, que se liga a uma porção de terra de maior extensão, no caso Península Ibérica é uma porção territorial constituída por Portugal e Espanha, e também o principado de Andorra e o território britânico de Gibraltar.

Ao chegar em território Ibérico, o exército francês não conseguiu invadir a região Ibérica, sendo surpreendido pelas táticas de guerra que incluíam emboscadas e ações estratégicas.

Nesse momento, o monarca português Dom João VI, após longa análise, decidiu fugir de Portugal na véspera da invasão francesa, o que impediu que os planos de Bonaparte se concretizassem, pois planejava prender a família real e obrigá-la a assinar rendição à França, porém, a ação do monarca português ocasionou uma falha no sistema do Bloqueio Continental. “Na Espanha as tropas sofriam com os guerrilheiros. A família real portuguesa fugiu para o Brasil: mais uma brecha no Bloqueio Continental.” (ARRUDA; PILETTI, 1995, p. 200)

Com a invasão francesa em Portugal, ocorreu a transferência para o Brasil, a qual foi uma estratégia de Dom João VI para garantir que Portugal continuasse independente enquanto nação. Laurentino Gomes (2007, p. 325) destaca que Napoleão Bonaparte escreveu algumas reflexões sobre sua vida e carreira militar, contendo as conquistas e derrotas, e nessas escritas pouco antes de morrer, transcreveu um desabafo a respeito da estratégica fuga de Dom João VI, declarando: “Ele foi o único que me enganou”.

Contudo, como garantia que a manobra obteve êxito, a Inglaterra apoiou Portugal na transferência de Dom João VI para o Brasil, e assim, os lusitanos mantiveram parceria com os ingleses. A Família Real e a corte portuguesa chegaram ao Brasil em 1808, a quase dois meses da partida de Portugal. Segundo Maria Padoin (2019), com a transferência física, Portugal passou a ser governado por um Conselho de Regência. Historicamente, dá-se início ao Período Joanino, que marcou o Brasil com mudanças em todas as áreas, principalmente na economia, educação e cultura.

O Regente Dom João antes de partir nomeou um Conselho de Regência composto por nove membros de sua confiança, com o fim de estabelecerem relações pacíficas durante a ocupação napoleônica, garantindo de certa maneira a soberania régia. Porém em 1808, Junot extinguiu este Conselho e oficialmente proclamou a destituição da Casa Real de Bragança, tentando assim, um afrancesamento das instituições e das estruturas social e política portuguesas. (PADOIN, 2019, p. 4)

Gomes (2007) ressalta que Napoleão Bonaparte e Dom João VI, dois

homens cujos destinos se cruzaram pela última vez nos mares do Atlântico Sul, deixavam legados que haveriam de afetar profundamente o futuro de milhões e milhões de pessoas. “O de Napoleão, já bem avaliado pelos historiadores, incluía o redesenho do mapa político da Europa. (...). No caso de D. João VI, o legado ainda é motivo de controvérsia.”

Alguns atribuem ao seu caráter tímido e medroso a derrocada final da monarquia e do próprio império colonial português. Outros, no entanto, o consideram um estrategista político que, sem recorrer às armas, enfrentou com sucesso os exércitos de Napoleão e conseguiu não só preservar os interesses de Portugal como deixar um Brasil maior e melhor do que havia encontrado ao chegar ao Rio de Janeiro, em 1808. Nenhum outro período da história brasileira testemunhou mudanças tão profundas, decisivas e aceleradas quanto os treze anos em que a corte portuguesa morou no Rio de Janeiro. Num espaço de apenas uma década e meia, o Brasil deixou de ser uma colônia fechada e atrasada para se tornar um país independente. (GOMES, 2007, p. 326)

703

Conforme Arruda e Piletti (1995), Dom João VI chegou ao Brasil e logo criou medidas para modernização e melhorias em diferentes frentes, tendo como principal ação a abertura dos portos brasileiros para outros países, que em decorrência do Bloqueio Continental, apenas a Inglaterra aderiu, sua aliada econômica. Logo começou a haver a construção de instituições de ensino de medicina e a criação de museus e bibliotecas, o que viabilizou o desenvolvimento científico. Além dessas ações, também foi criada a Imprensa Régia, contudo, também foi instaurada censura para os demais veículos de comunicação da época.

Dom João tomou medidas de largo alcance econômico: a abertura dos portos da colônia às nações amigas, liberando comércio do jugo do monopólio e, portanto, acabando com o domínio colonial. A medida era necessária para que o Brasil não ficasse isolado do mundo, pois a metrópole tinha sido tomada pelos franceses. A abertura dos portos favoreceu a Inglaterra, já que dispunha de melhores condições de comerciar com o Brasil e era a maior interessada no comércio livre, que lhe possibilita compensar o que havia perdido na Europa. Ela tratou de tirar o maior proveito da situação. (ARRUDA; PILETTI, 1995, p. 205)

Embora o progresso estivesse acontecendo, também ocorreu a insatisfação

entre os colonos que já residiam no Brasil, pois os portugueses recebiam cargos e privilégios ao invés de haver a distribuição também para elites locais. Conforme Padoin (2019), a partir de 1808, as diferenças entre os nativos brasileiros, também chamados de filhos da terra, e os portugueses oriundos da Europa, começam a ser conflitantes. Os portugueses compunham os altos cargos administrativos e desejavam retornar para a Europa com boa condição financeira, além de haver portugueses empossados em cargos públicos, também os militares e aqueles que trabalhavam com comércio.

No entanto, a elite brasileira, em sua maioria, era composta por proprietários rurais, os quais enviavam seus filhos para estudar na Europa com o intuito de os mesmos se tornarem capazes de exercer cargos públicos e funções de destaque no cenário político. “Os seus objetivos em ascender a cargos políticos e a repulsa à ideia de que o Brasil pudesse retornar a condição de Colônia, fizeram com que o sentimento separatista evoluísse.” (PADOIN, 2019, p. 5). Outro fator que causou descontentamento da sociedade e provocou conflitos em diferentes regiões do Brasil, foi o aumento de impostos e a crise econômica.

Neste contexto surgiu no Brasil, em 1817 a Revolução Pernambucana que possuía um caráter antiportuguês e republicano federalista, movida pela crise provocada com a concorrência dos baixos preços do algodão e do açúcar dos Estados Unidos no mercado europeu; mercado esse que no momento se estabilizou devido a pacificação europeia promovido pelo Congresso de Viena. (PADOIN, 2019, p. 5)

Em Pernambuco, no ano de 1817, a elite local realizou um levante armado para reivindicar ações positivas do governo de Dom João VI, algo intensamente reprimido e resultou na morte dos principais líderes pernambucanos. A Revolução Pernambucana teve caráter separatista, assim como outros confrontos anteriores e futuros, e defendeu a implantação do sistema republicano.

Ideias de liberdade espalharam-se por sociedades secretas, quartéis, clero e população. O próprio governador ateou fogo ao estopim da revolta ao mandar prender os líderes do movimento: os comerciantes Domingos José Martins e Antônio Gonçalves da Cruz; o padre João Ribeiro; o cirurgião Vicente Guimarães Peixoto; os tenentes Manuel de Sousa Teixeira e José Mariano Cavalcanti, e os capitães Domingos Teotônio Jorge e José de Barros Lima. O capitão Lima matou o oficial

que lhe deu voz de prisão. E a revolução começou. (ARRUDA; PILETTI, 1995, p. 206)

Os revolucionários lutaram contra os domínios do governador e organizaram um governo provisório, com representantes do comércio, exército, clero, agricultura e justiça, com emissários enviados para diversas regiões, como Alagoas e Rio Grande do Norte, porém, forças militares do governo sufocaram os revoltosos e encerrou o levante armado. “A Revolução Pernambucana de 1817 conseguiu congrega, em torno do ideal de emancipação política e republicanismo, populares intelectuais militares e religiosos (havia mais de 60 padres envolvidos)”. (ARRUDA; PILETTI, 1995, p. 206)

Outro evento que corrobora com a Proclamação da Independência ocorrida nos anos seguintes, foi quando Dom João VI, em 1815, elevou o Brasil ao título de Reino, passando a ser intitulado de *Reino de Portugal, do Brasil e Algarves*. E com o fim das ofensivas de Napoleão, o monarca português sofreu pressão ainda mais intensa para retornar à Portugal. Em 1820, na cidade do Porto, portugueses insatisfeitos com a situação do país, tendo em vista a crise econômica grave que assolava a população, eclodiu um movimento paramilitar para exigir o retorno de Dom João VI ao trono português, a restauração do Brasil como colônia de Portugal e a instauração de monarquia constitucional. Portanto, a aristocracia portuguesa desejava rebaixar o Brasil à condição de colônia por interesses comerciais que estavam prejudicados. Esse evento ficou conhecido como Revolução Liberal do Porto, e teve por resultado, o retorno de Dom João VI para Portugal, em 1821.

Uma revolução explodiu na cidade do Porto em 1820, dominou Portugal, adotou uma Constituição provisória baseada na espanhola e impôs sérias exigências a Dom João VI: aceitar a Constituição a ser promulgada pelas Cortes de Lisboa, nomear para os cargos públicos mais importantes doze pessoas indicadas pelos revolucionários. Temendo perder o trono, Dom João VI concordou. Os revolucionários impunham que as Cortes funcionassem em Lisboa, o rei não teve alternativa a não ser rumar para Portugal, em abril de 1821. Aqui deixou o filho Pedro como príncipe regente, e a situação política e econômica do Brasil se agravou. Os cofres haviam sido esvaziados e o ouro levado para Lisboa. Nas províncias, cresciam a agitação e a hostilidade entre brasileiros e portugueses. (ARRUDA; PILETTI, 1995, p. 206)

Segundo Márcio Bandeira (2008, p. 5), o movimento liberal em Portugal reflete internamente na sociedade brasileira, pois os movimentos políticos na Europa e no Brasil colocaram a família real em situação delicada, o que levou ao retorno de Dom João VI a Portugal, deixando Dom Pedro no Brasil como regente, em meio às disputas de correntes ideológicas liberais<sup>2</sup>, as quais dividiram opiniões, porque de um lado estavam os defensores da república e o rompimento com o sistema conservador, chefiado por Gonçalves Ledo, e o outro lado, defendia a permanência da monarquia, representado por José Bonifácio, cujos líderes eram membros de uma Ordem Secreta, a Maçonaria, e assim, influenciaram as massas com seus pensamentos progressistas e liberais, o que acontecia mais livremente em alguns países da Europa.

Portanto, a Revolução Liberal do Porto, em 1820, que exigiu a volta de Dom João VI para Portugal, foi liderada por portugueses, sendo alguns ligados à Maçonaria. “A frente do fogo cruzado entre as correntes liberais do Brasil, que se dividiu entre aquelas que buscavam manter a união do Reino Unido e outra que buscava o rompimento total, e até um regime próximo a uma República. Bandeira.” (BANDEIRA, 2008, p. 5)

O príncipe Dom Pedro I, tornou-se regente do Brasil, realizando a administração interligada à Portugal. Mesmo com o retorno de Dom João VI, os portugueses seguiram reivindicando que o Brasil voltasse à condição de colônia e, dessa forma, submisso à administração de Portugal. Não correspondendo às pressões lusitanas, em janeiro de 1822, Dom Pedro I declarou em público que ficaria no Brasil e não retornaria para Portugal, como seu pai havia feito. Essa decisão evitou o retrocesso iminente com o retorno à condição de colônia, além de outras modernizações e ações estabelecidas por Dom João VI. Segundo Laurentino Gomes (2007), o Dia do Fico, 9 de janeiro de 1822, é o momento em que D. Pedro, então príncipe regente, decidiu permanecer no Brasil, recusando-se a acatar as ordens das Cortes portuguesas para que retornasse a Lisboa.

Conforme Padoin (2019, p. 7), nesse período no Brasil, as ideias liberais eram disseminadas através de divulgação em livros e folhetos, especialmente por meio do contrabando, ou trazidos na bagagem dos estudantes brasileiros que

---

<sup>2</sup>Liberalismo é definido como conjunto de princípios que defendem a liberdade individual, no campo da política, da economia, da religião, da moral, limitando a interferência do poder do Estado.

estudavam na Europa, porque havia censura. Essas publicações eram consideradas ofensivas à ordem pública. Os veículos de comunicação também contribuíram para insuflar movimentos e revoluções que questionavam a política adotada pela Coroa portuguesa, em especial, alguns levantes contaram com a participação de Sociedades Secretas.

Estas sociedades ou por alguns já consideradas lojas maçônicas possibilitaram, em uma época de censuras e perseguições político-ideológicas, um espaço de liberdade de pensamento e acesso a uma bibliografia política e filosófica atualizada, que fazia com que os seus leitores se sentissem partícipes de um processo “mundial” de modernização da sociedade através da defesa dos ideais liberais, especialmente. Como também a oportunidade de ascensão social e econômica. (PADOIN, 2019, p. 7)

707

Portanto, a publicação de notícias e informações foram alvo de censura no início do século XIX. Segundo Bandeira (2008), a impressão de textos no Brasil foi proibida até 1808, quando da chegada da família real no Brasil. Entre 1808 e 1821 a imprensa brasileira teve uma liberdade limitada, sendo os jornais *Gazeta do Rio de Janeiro* (1808-1822) e *O Patriota* (1813-1814), os únicos a funcionarem durante muitos anos no território brasileiro. Eram a Imprensa Régia, pois faziam referências aos atos reais e a traduções de textos publicados nos periódicos europeus, sob a fiscalização real.

Bandeira (2008) destaca que Hipólito da Costa foi o primeiro brasileiro a trabalhar o jornalismo independente, porém fora do Brasil. Costa editou o *Correio Braziliense*, foi o primeiro jornal a demonstrar publicamente as ideologias liberais, tendo em vista que ele era maçom. Em 1802, o jornalista foi preso em Portugal em decorrência de suas atividades maçônicas, chegando a ser interrogado pelo Tribunal do Santo Ofício da Igreja Católica. “Após três anos de prisão foge para a Inglaterra, onde a Maçonaria era praticada mais livremente, fundando lá o *Correio Braziliense*, que era enviado clandestinamente para o Brasil. Hipólito da Costa viveu na Inglaterra até sua morte em 1823.” (BANDEIRA, 2008, p. 7)

A partir de 1821 algumas publicações com maior liberdade editorial começaram a surgir nos jornais brasileiros. “Então cada grupo terá sua forma impressa de se manifestar. Assim surge outro campo de embate entre José Bonifácio de Andrada e Silva e Joaquim Gonçalves Ledo, os jornais.” (BANDEIRA,

2008, p. 7). Ledo desenvolveu o jornal independente *Revérbero Constitucional Fluminense*, o qual incentivou a Assembleia Constituinte Brasileira e não tinha ligação com o governo. Enquanto, José Bonifácio foi mentor de dois outros períodos, *O Espelho* e o *Regulador Brasílico Luso*, o qual desejava manter o Brasil em um reinado, sistema de uma monarquia constitucional.

De acordo com Padoin (2019), diante das correntes liberais, com a permanência de Dom Pedro I no Brasil, aumentou a pressão política e militar de Portugal, sendo organizada uma Assembleia Constituinte, acirrando as divergências, com destaque para o grupo comandado pelo maçom José Bonifácio, o qual seguia os ideais absolutistas conservadores, e o grupo de Joaquim Gonçalves Ledo, também maçom, porém seguidor de ideologias liberais radicais.

Padoin (2019) ressalta que Ledo foi o grande influenciador na decisão de D. Pedro de não sair do Brasil, e no processo de Proclamação da Independência, porém, José Bonifácio ditava as regras do processo que consolidou a Independência. As divergências entre Ledo e Bonifácio foram intensificadas devido a suas orientações políticas, pois um defendia os ideais liberais e os outros, conservadores, porém ambos tiveram participação ideológica e influenciaram Dom Pedro I para proclamar o Brasil independente de Portugal. Outra pessoa que causou grande influência no processo de Independência foi a Princesa Leopoldina, esposa de Dom Pedro I, a qual detinha vasto conhecimento sobre ciências, línguas, administração, artes e cultura.

Segundo Arruda e Piletti (1995), Dom Pedro I agiu com moderação, restringiu despesas, baixou impostos e equiparou os militares brasileiros aos portugueses. As Cortes de Lisboa não gostaram de sua política, pois ainda desejavam recolonizar o Brasil, e desse modo, tomaram decisões contrárias aos interesses brasileiros, pois Portugal não queria perder o Brasil, e diante disso, estavam orientados por direções diferentes da brasileira. Dom Pedro I declarou a separação do Brasil e Portugal e no dia 7 de setembro de 1822 proclamou a Independência do Brasil.

Contudo, a informação de que o Brasil já era uma república não chegou simultaneamente ou mesmo, no mês de setembro daquele ano, para todas as pessoas, possivelmente devido à dificuldade de propagar tais notícias em tempo hábil, tendo em vista o tamanho do território brasileiro e os meios de comunicação

da época. Segundo William Almeida de Carvalho (2006), a população em geral só ficou ciente da Independência em 12 de Outubro de 1822, justamente no dia do aniversário de Dom Pedro I. Nessa ocasião, o Imperador do Brasil rompeu definitivamente os laços de dependência com a coroa portuguesa.

O processo de independência havia galgado mais um degrau, mas ainda não estava completo, pois em todos os decretos, alvarás, provisões e demais diplomas governamentais até o dia 12 de outubro, quando aí sim é proclamado Imperador, incluiu-se sempre a seguinte fórmula: "...o Reino do Brasil, de quem sou o Regente e Perpétuo Defensor..." ou ainda "com a rubrica de sua Alteza Real o Príncipe Regente. Em 18 de setembro de 1822 exara-se o decreto que determina a adoção do Brasão de Armas e da Bandeira Nacional do novo Reino. Não se deve esquecer de que as Cortes tinham rebaixado o Reino do Brasil, pelo menos, na Bandeira da Constituinte. O Príncipe Regente deveria instituir a Nova Bandeira, mas tudo sob a tutela de seu Augusto Pai. Uma Nação com Dois Reinos. A ruptura total só viria a acontecer em 12 de outubro. (CARVALHO, 2006, p.4)

A data oficial de comemoração alusiva a Independência do Brasil somente ficou estabelecida para o dia 07 de setembro a partir de um documento do governo imperial, o Decreto nº 1.285 de 30 de Novembro de 1853, assinado pelo magistrado José Thomaz Nabuco de Araújo. De acordo com Carvalho (2006, p. 09) "o Sete de Setembro somente começou a ser feriado nacional oficial a partir do Decreto nº 1285 de 30 de novembro de 1853 quando se iniciou o processo de montagem do imaginário coletivo sobre a independência [...]".

Diante disso, vale ressaltar a participação de membros da Maçonaria, os quais se faziam presentes na sociedade em diferentes setores. Carvalho (2006) afirma que os maçons do Brasil eram detentores de informações especiais e estratégicas a respeito dos acontecimentos e elementos decisivos no processo de independência.

Com a inexistência de partidos políticos para articular, coordenar e mobilizar o povo e as elites, a Maçonaria agiu, individual e institucionalmente, como um verdadeiro partido político da Independência. Os maçons daquela época juravam, ao ingressar na Maçonaria, além dos juramentos de praxe, o de realizar a independência do Brasil. (CARVALHO, 2006, p. 1)

Conforme Alexandre Barata (2013), a Maçonaria consiste em organizações

ou entidades nas quais remontam às antigas fraternidades de pedreiros em termos de organização e ideologia, e que na transferência da Corôa Portuguesa para o Brasil, muitas Lojas foram instaladas em território brasileiro, oriundas de diferentes nacionalidades.

Após 1808, com a transferência da Família Real Portuguesa para o Brasil e, conseqüente, estabelecimento da administração do Império Português no Rio de Janeiro, tem se notícia do funcionamento, com certa tolerância de altos funcionários públicos, muitos deles iniciados em lojas maçônicas de Lisboa, das lojas Emancipação, São João de Bragança, Beneficência, Comércio e Artes. Além de lojas vinculadas às obediências maçônicas francesa e portuguesa, existiu também no Brasil lojas maçônicas sob forte influência da Maçonaria inglesa. (BARATA, 2013. p. 143)

Os ideais da Maçonaria são influenciados pelo desenvolvimento e progresso social, e seus membros, muitos estiveram presentes na administração do Reino, foi um ponto importante para o desenvolvimento social. De acordo com Barata (2013, p. 143), embora seja muito difícil mensurar exatamente o número de pessoas que foram iniciadas no Brasil e, de certo modo, em todo Império Português nesse período, pode-se constatar relativo crescimento da atividade maçônica.

Diante disso, vale ressaltar a participação de membros da Maçonaria, inseridos na sociedade em diferentes setores. Conforme Barata (2013), a Maçonaria consiste em organizações ou entidades nas quais remontam às antigas fraternidades de pedreiros em termos de organização e ideologia, e que na transferência da Corôa Portuguesa para o Brasil, muitas Lojas foram instaladas em território brasileiro, oriundas de diferentes nacionalidades.

Após 1808, com a transferência da Família Real Portuguesa para o Brasil e, conseqüente, estabelecimento da administração do Império Português no Rio de Janeiro, tem se notícia do funcionamento, com certa tolerância de altos funcionários públicos, muitos deles iniciados em lojas maçônicas de Lisboa, das lojas Emancipação, São João de Bragança, Beneficência, Comércio e Artes. Além de lojas vinculadas às obediências maçônicas francesa e portuguesa, existiu também no Brasil lojas maçônicas sob forte influência da Maçonaria inglesa. (BARATA, 2013. p. 143)

Os ideais da Maçonaria são influenciados pelo desenvolvimento e progresso

social, e seus membros, muitos estiveram presentes na administração do Reino, sendo um ponto importante para o desenvolvimento social. De acordo com Barata (2013, p. 143), embora seja muito difícil mensurar exatamente o número de pessoas que foram iniciadas no Brasil e, de certo modo, em todo Império Português nesse período, pode-se constatar relativo crescimento da atividade maçônica.

### **Maçonaria: Liberdade, igualdade e fraternidade**

711

A Maçonaria é um tipo de sociedade com atividades pouco divulgadas na grande mídia, sendo que seus membros são pessoas discretas e mantêm sua organização reservada somente aos participantes. Segundo Antônio Arnaut (2017), ela está difundida mundialmente, mas não é uma religião, e sim uma ordem que tem laços com a religiosidade e o culto espiritual, haja vista que seus membros creem na existência de uma força superior divina. Para Arnaut (2017, p. 157), a Maçonaria não é uma religião, é uma escola de aperfeiçoamento moral, de cidadania e de convivência ética. Por isso, os maçons devem constituir uma elite moral.

Segundo Bandeira (2008, p. 2), a Maçonaria é uma instituição que pode despertar a curiosidade das pessoas, haja vista que a sociedade em geral desconhece seus preceitos, história e finalidade. No Brasil, não há dados exatos de quando a Maçonaria foi instalada, tendo em vista que também não existe registro do primeiro maçon em terras brasileiras. “Não há provas concretas disso, mas, sem dúvida, seus ideais tinham eco nos ideais libertários franceses e norte-americanos, que por sua vez estão intimamente ligados à Maçonaria.” O autor ressalta que há indícios de que Tiradentes e seus principais aliados, na Inconfidência Mineira, fossem membros da Maçonaria.

Já a partir de 1800 temos informação da existência de Lojas Maçônicas no Brasil, mesmo que de forma clandestina. Há informações de várias lojas em vários lugares do Brasil, mas é em Pernambuco que a atividade maçônica terá certo destaque, sendo os maçons líderes do movimento de 1817. (BANDEIRA, 2008, p. 3)

De acordo com Célia Marinho de Azevedo (1997), a origem da Maçonaria não é precisa, pois não há um consenso histórico exato da datação do seu surgimento. Para a historiadora, os fatos históricos sugerem que ela tenha surgido

na Antiguidade, mas “seria uma tarefa vã querer precisar o momento de fundação da Maçonaria, uma vez que suas origens se perdem em um passado povoado de mitos e lendas” (AZEVEDO, 1997, p. 180). Com o passar dos séculos, os maçons disseminaram as confrarias no mundo, sendo que muitas estavam envolvidas em diferentes eventos históricos, com teorias progressistas.

O templo no qual os maçons se reúnem e realizam suas reuniões e demais atividades recebe o nome de loja, também chamada de loja maçônica ou, ainda, oficina. No Brasil, diversas lojas, com destaque para as de origem inglesa, portuguesa e francesa, foram criadas a partir do século XIX. Alexandre Mansur Barata ressalta que no decorrer do referido período a Maçonaria brasileira mostrou manter ligações com a vida política, social e cultural. “Ao interagir, interferir e trazer para o seu interior os debates que mobilizam o espaço público, a Maçonaria revelou-se um instrumento significativo para a compreensão da sociedade brasileira do período, com suas contradições e particularidades.” (BARATA, 2013, p. 150)

Arnaut (2017) ressalta que a atuação dos maçons em revoluções na Europa e na América foi um marco na história.

As Revoluções americana e francesa, inspiradas pela Maçonaria, repercutiram-se depois na sua própria doutrina, fazendo com que os valores cívico políticos da Liberdade, Igualdade e Fraternidade interajam com os valores morais da dignidade, da honra, da tolerância e da virtude [...]. (ARNAUT, 2017, p. 145-146).

Segundo Bandeira (2008, p. 3), a Maçonaria ficou mais evidente durante o século XIX, através da participação de alguns dos seus membros em eventos políticos. Em 1822, o movimento pela Independência do Brasil reuniu os maçons em três lojas no Rio de Janeiro: Comércio e Artes, União e Tranquilidade e Esperança de Nictheroy. Essas lojas se reuniram para aprofundar a discussão sobre a crise entre Brasil e Portugal, concomitante à Revolta do Porto. No cenário da Maçonaria desse período que antecedeu a Independência, tem destaque Joaquim Gonçalves Ledo e José Bonifácio de Andrade e Silva. Eles influenciaram o futuro do Brasil e da Maçonaria através do processo de Independência, por volta de 1822.

Gonçalves Ledo, homem de negócios iniciou os estudos de Direito em Coimbra, porém não concluiu para cuidar dos negócios da família. Bonifácio estudou Ciências Naturais e

Direito em Coimbra, morou mais de trinta anos na Europa, tendo passado dez anos de sua vida percorrendo aquele continente, e de volta ao Brasil (1819) foi Vice-Presidente da Junta Governativa de São Paulo (1821), e depois foi para o Rio de Janeiro onde foi nomeado ministro do príncipe regente D. Pedro. (BANDEIRA, 2008, p.4)

A liberdade e a democracia, mesmo que nos limites da concepção liberal, são pontos norteadores do regimento institucional da Maçonaria, pois este admite que todos os homens são livres e com os mesmos direitos. De acordo com Arnaut (2017), a doutrina maçônica foi progressista nos tempos iniciais do capitalismo, na Europa, bem como nos tempos da monarquia e início da república, no Brasil, e inspirou muitos movimentos liberais, republicanos e democráticos no Brasil. Para o autor, “essa profunda ligação à política e o empenhamento direto da ordem com certos grupos e partidos trouxeram-lhe as inevitáveis perseguições e cisões” (ARNAUT, 2017, p. 47). Embora os maçons sofressem sanções por seus ideais, a ordem se manteve até os dias atuais.

Conforme Azevedo (1997), A independência do Brasil também contou com a influência liberal, pois vários articuladores políticos foram motivados por pensamentos iluministas, desenvolvimentistas e da Maçonaria. “No Brasil há notícias da existência de maçons desde fins do século XVIII, com envolvimento na Inconfidência Mineira e depois na Conjuração Baiana de 1798” (AZEVEDO, 1997, p. 181). A Maçonaria, por si mesma, não tem fundamentação política ou religiosa na teoria, atualmente se considerando neutra, porém, em seus primórdios, no país, logo após a instalação de algumas lojas, alguns de seus membros estiveram diretamente envolvidos em causas políticas e sociais.

Segundo Azevedo (1997), a Maçonaria já esteve interligada ao processo de emancipação política do Brasil, quando o país passava por instabilidade política, sobressaltada constantemente por lutas civis no território brasileiro. Nessa fase, segundo a historiadora, os maçons eram “revolucionários, antirreligiosos e republicanos” (AZEVEDO, 1997, p. 184).

Conclui-se que a Maçonaria é uma entidade que inspirou muitas pessoas com seus ideais liberais, protegendo a liberdade individual e os direitos coletivos, o que influenciou no processo de Independência do Brasil e outros eventos anteriores e posteriores. O liberalismo pregado pelos maçons não se restringe à política, e sim,

se expande para outros setores da sociedade. É, em suma, os princípios básicos que defendem a liberdade individual e autonomia política, econômica, religiosa e comportamental dos indivíduos com limitação às ações do Estado, com o objetivo de alcançar o progresso e o desenvolvimento.

## Conclusão

Diante do exposto, conclui-se que o processo de Independência do Brasil foi marcado por diversos levantes armados, de cunho liberal, com membros de vários campos sociais, inclusive contou com a participação de sociedades secretas, como a Maçonaria. Na Europa, ocorriam grandes mudanças no cenário político, econômico e social com a eclosão da Revolução Francesa e a ascensão de Napoleão Bonaparte ao poder, como Imperador autodeclarado. Em Portugal, várias tentativas da aristocracia buscavam fazer do Brasil novamente uma colônia, portuguesa, deixando de ser Reino Unido. No Brasil, notou-se a insatisfação popular, mesmo com a transferência da Família Real Portuguesa e a Corte, com a administração fixada em solo brasileiro.

A historiografia mostra um longo processo de articulações políticas e conflitos armados até o momento da Proclamação da República. Esse foi um período da história marcado por muitas mudanças, tendo em vista a vinda de Dom João VI e da Corte portuguesa e os desdobramentos futuros. Vale destacar a participação de grupos específicos, como alguns militares, população e confrarias secretas, como foi o caso da Maçonaria.

A Maçonaria tem entre seus pilares a liberdade e a fraternidade, assim como os ideais liberais de igualdade, elementos presentes nesses referidos conflitos internos do Brasil do século XIX. A influência de alguns personagens importantes na história, como os maçons José Bonifácio e de Gonçalves Ledo, mostra que a ação dos maçons e de sua ideologia foi um ponto marcante no processo de independência do Brasil. Na imagem das forças políticas em 1822, os dois maçons foram personagens influentes no processo que deflagrou a Independência do Brasil, mantendo a monarquia, tendo em vista que ambos buscavam apoiar o então príncipe regente, Dom Pedro I.

Artigo recebido em 29 de julho de 2022.

Aprovado para publicação em 28 de dezembro de 2022.

## Referências

ARNAUT, António. **Introdução à Maçonaria**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2017. Disponível em: <https://digitalis-dsp.uc.pt/bitstream/10316.2/42529/1/Introducao%20a%20Maconaria.pdf>. Acesso em: 24 mai. 2022.

ARRUDA, José Jobson de Andrade; PILETTI, Néilson. **Toda a história: história geral e história do Brasil**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1995.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. Maçonaria: história e historiografia. **Revista USP**, n. 32, p. 178-189, dez. 1996-fev. 1997. Disponível em: [www.revistas.usp.br/revusp/article/download/26042/27771/30227](http://www.revistas.usp.br/revusp/article/download/26042/27771/30227). Acesso em: 28 mai. 2022.

BANDEIRA, Márcio Maciel. A Maçonaria e a Independência do Brasil. **Revista de Ciência Maçônica**, Loja Maçônica de Estudos e Pesquisas Renascença, v. 1, n. 1, 2008. Disponível em: <https://www.gvaa.com.br/revista/index.php/OBuscador/article/download/4642/4023/>. Acesso em: 29 jun. 2022.

BARATA, Alexandre Mansur. Maçonaria no Brasil (século XIX): história e sociabilidade. **Revista de Estudos Históricos de la Masonería Latinoamericana Y Caribeña**, ed. esp., p. 139-152, 2013. Disponível em: [https://www.academia.edu/38937017/Ma%C3%A7onaria\\_no\\_Brasil\\_s%C3%A9culo\\_XIX\\_hist%C3%B3ria\\_e\\_sociabilidade.pdf](https://www.academia.edu/38937017/Ma%C3%A7onaria_no_Brasil_s%C3%A9culo_XIX_hist%C3%B3ria_e_sociabilidade.pdf). Acesso em: 29 jun. 2022.

CARVALHO, William Almeida de. A verdadeira data da independência do Brasil. *In: Espionagem e Maçonaria: Temas maçônicos e histórias controversas*. Londrina: Editora Trolha, 2006.

GOMES, Laurentino. **1808: Como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a história de Portugal e do Brasil**. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2007.

LIBERALISMO. *In: DICIONÁRIO Michaelis On-line*. São Paulo: Melhoramentos, 2021. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/palavra/neA9w/liberalismo/>. Acesso em: 27 jul. 2022.

PADOIN, Maria Medianeira. O contexto brasileiro na consolidação da Independência e a Emergência da Revolução Farroupilha (1835-1845). **Revista Estudos Históricos**, n. 22, ano XI, Dez/ 2019. Disponível em: <https://estudioshistoricos.org/22/eh22d19.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2022.

PENÍNSULA. *In: DICIONÁRIO Michaelis On-line*. São Paulo: Melhoramentos, 2021. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/palavra/neA9w/liberalismo/>. Acesso em: 27 jul. 2022.

**Sobre a autoria**

<sup>1</sup> Mestre em Comunicação e Indústria Criativa (2022) pela Universidade Federal do Pampa. E-mail: a.marcia.caldeira@gmail.com.